

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0327 – 30/10 à 03/11/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

País gerou 211.764 empregos com carteira assinada em setembro

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/10/2023

O saldo de emprego formal (carteira assinada) em setembro alcançou 211.764 postos de trabalho gerados no mês, resultante de 1.917.057 admissões e 1.705.293 desligamentos. O acumulado do ano chegou a 1.599.918 postos de trabalho formais gerados, alcançando em setembro estoque total recuperado para o Caged de 44.044.343 empregos. Os dados foram divulgados pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho em coletiva de imprensa na tarde desta segunda-feira (30).

As Unidades Federativas com maior saldo foram São Paulo, com geração de 47.306 postos (+0,35%), Pernambuco, que gerou 18.864 postos (+1,35%) e Rio de Janeiro, com geração de 7.998 postos (+0,51%). As menores gerações de postos ocorreram no Amapá, com 1.027 postos gerados (+1,27%), Roraima, que gerou 763 postos (+1,00%) e no Acre, com geração de 360 postos (+0,37%).

Acumulado do ano – Entre os setores, o maior crescimento foi verificado no setor de Serviços, com um saldo positivo de 870.320 postos formais (54,4% do saldo), com destaque para Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+300.890). O setor de Construção Civil, com 243.410 postos gerados, especialmente obras de infraestrutura (+84.778) ficou em segundo lugar, seguido da indústria, que apresentou saldo positivo de 230.753 empregos, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (+73.958 postos de trabalho).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mantida justa causa de porteira de condomínio que se recusou a tomar vacina contra covid-19](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/11/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da porteira de um condomínio residencial de Aracaju (SE) contra sua dispensa por justa causa por ter se recusado a tomar a vacina contra a covid-19. Ela alegava que a dispensa teria sido discriminatória e pedia indenização por danos morais, mas o colegiado manteve a penalidade. “A decisão da trabalhadora de se recusar a receber a imunização não pode se sobrepor à vida e à saúde coletiva”, afirmou o relator, ministro Alberto Balazeiro.

[TST e IBGE alinham atuação institucional para produzir dados sobre futuro do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/10/2023

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, recebeu, nesta terça-feira (31), o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, e do assessor especial da Presidência do órgão, Denis Maracci Gimenez. O objetivo foi dar início à construção de um canal de cooperação entre as instituições, voltado à produção de dados estatísticos sobre o futuro do trabalho.

[TST admite mandado de segurança contra negativa de substituição de penhora por seguro-garantia](#)

Tribunal Superior do Trabalho -30/10/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do

Trabalho acolheu mandado de segurança da Petróleo Brasileiro S.A. e determinou a substituição da penhora de numerário por seguro-garantia judicial. Para o colegiado, a apresentação do seguro, atendendo aos requisitos legais, é um direito líquido e certo e, portanto, sua rejeição pode ser questionada por mandado de segurança.

Notícias do Executivo

[Evento da OIT no Peru discute eliminar trabalho infantil na América Latina e Caribe](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/11/2023

A Inspeção do Trabalho apresentou nos dias 24 a 27 de outubro em Lima, no Peru, a ação “Buenas Prácticas de la Inspección del Trabajo en Brasil: Modelo de actuación estratégica para la prevención y erradicación del Trabajo Infantil”, durante o IX Encontro Anual da Rede de Pontos Focais da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil que ocorreu na sede do Escritório Regional da Organização Internacional do Trabalho no país andino.

[Luiz Marinho visita PF para conhecer Plataforma Web do Brasil Mais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/11/2023

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, esteve nesta quarta-feira (1º) na Sede da Polícia Federal para conhecer o programa Brasil Mais, que realiza ações na área de segurança pública, por meio do acesso a imagens de satélite de alta resolução, promovendo a aplicação da geotecnologia em apoio às funções de segurança pública, polícia judiciária, administrativa e demais atividades de Estado. O Ministério pretende utilizar a tecnologia do Brasil Mais cruzando os dados coletados com o monitoramento de auditorias fiscalizadoras do trabalho, tanto nas ações de combate ao trabalho análogo à escravidão quanto no uso ilegal de mão de obra infantil.

[Lançado em 2019 aplicativo da CTPS Digital tem mais de 1.6 bilhão de acessos](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/11/2023

A Carteira de Trabalho Digital obteve mais de 1.6 bilhão de acessos, desde o lança-

mento do aplicativo em setembro de 2019. No período foram habilitados mais de 68 milhões de documentos digitais, com mais de 38 milhões de dispositivos Android e IOS ativos. Somente este ano foram 541 milhões de acessos ao aplicativo.

[Governo e centrais vão pedir a Barroso retirada da ADI 5090 da pauta por 30 dias](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/10/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o ministro-chefe da AGU, Jorge Messias, a vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Luciola Aor, e representantes de seis centrais sindicais vão solicitar ao presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, a retirada de pauta, pelo prazo de 30 dias, da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5090, que trata da correção do FGTS. Neste período, as partes se comprometem a construir um acordo para apresentar ao ministro do STF com uma nova proposta que garanta a saúde financeira e a sustentabilidade do FGTS para os próximos anos.

[Fundacentro e associação portuguesa estabelecem parceria](#)

Fundacentro - 01/11/2023

A Fundacentro e a Associação Vertentes e Desafios da Segurança (ASVDS) assinaram protocolo de intenções para realizar um congresso de segurança e saúde no trabalho (SST) no Brasil. O acordo foi estabelecido durante o Congresso XI VDS (Vertentes e Desafios de Segurança), realizado entre os dias 26 e 28 de outubro, em Leiria, Portugal.

[Novembro Azul é uma campanha de conscientização sobre a prevenção de câncer de próstata](#)

Fundacentro - 01/11/2023

Novembro Azul é uma campanha realizada no mundo inteiro durante todo o mês de novembro, visando conscientizar os homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata. O câncer é um fator de saúde pública mundial. De acordo com especialistas, o Sistema de Informação sobre Mortalidade e dos Registros de Câncer de Base Populacional estima que, para o triênio 2023-2025, são esperados 704 mil casos novos de câncer no Brasil. O câncer de próstata é um

dos mais incidentes, com 71.730 mil casos novos, correspondendo a um risco estimado de 67,86 casos a cada 100 mil homens.

[Recomendações buscam reduzir exposição a agentes carcinogênicos ambientais e ocupacionais na América Latina e Caribe](#)

Fundacentro - 31/10/2023

O artigo de pesquisa “[Latin America and the Caribbean Code Against cancer 1st edition: Environment, occupation, and cancer](#)” traz recomendações para reduzir a exposição a agentes carcinogênicos ambientais e relacionados ao trabalho, relevantes à América Latina e Caribe (ALC). O estudo está disponível no suplemento I, do volume 86, da [Cancer Epidemiology](#). Ao revisar a lista do Grupo 1, agentes químicos e físicos com carcinogenicidade a humanos, da [Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer \(IARC\)](#), os autores do artigo identificaram a predominância de alguns cancerígenos na ALC, entre eles: a poluição do ar - interna e externa - a radiação solar, a exposição ocupacional ao pó de sílica, ao amianto, ao benzeno, à combustão de carvão, fumos de diesel e de soldagem.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Liminar requerida pelo MPT-PA suspende cláusula de acordo coletivo entre Vale e Sindicato METABASE](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/11/2023

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA-AP) deferiu liminar, requerida pelo Ministério Público do Trabalho PA-AP (MPT), e determinou a suspensão imediata da cláusula 14ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Marabá, Parauapebas, Canãa dos Carajás, Curionópolis e Eldorado Dos Carajás - METABASE e a empresa VALE S/A. O item prevê que o trabalhador só poderá ingressar com ação trabalhista após tentativa de negociação amigável com a empresa.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[2ª Turma do TST afasta prescrição em caso de trabalho doméstico em condição análoga à escravidão](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/10/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação de uma família de São Paulo (SP) que, por mais de 20 anos, manteve uma empregada doméstica em condições consideradas análogas à escravidão. Além de indenizações de R\$ 350 mil por danos morais individuais e R\$ 200 mil a título de indenização por dano moral coletivo, os patrões deverão pagar todos os direitos trabalhistas devidos desde 1998. Ao afastar a prescrição trabalhista estabelecida pelo juízo de primeiro grau, que restringia os pedidos aos cinco anos anteriores ao término do contrato, o colegiado ressaltou a imprescritibilidade do direito absoluto à não escravização.

Notícias do e-Social

[FGTS Digital - gerar Guia Rápida ou Guia Parametrizada?](#)

eSocial - 30/10/2023

Após enviar as remunerações pelo eSocial, o empregador deverá entrar no ambiente do FGTS Digital para emitir as guias de recolhimento dos valores ao FGTS, podendo utilizar uma das opções disponíveis no sistema para esta geração: Guia Rápida ou Guia Parametrizada. Existe apenas um tipo de guia no FGTS Digital - a GFD - e todos os valores serão incluídos nela, sejam mensais e/ou rescisórios de uma ou várias competências. Não existirão códigos de recolhimento como ocorre hoje nas guias geradas pela Caixa/Conectividade Social. Antes de emitir uma guia, o empregador terá relatórios detalhados dos débitos no formato PDF e planilha (CSV), onde poderá conferir as bases de cálculos. Esse relatório se assemelha ao "RE" gerado atualmente pela SEFIP/Caixa, mas com muito mais detalhes.

Outras Notícias

[O que diz o Future of Jobs Report sobre o futuro do trabalho e a economia mundial?](#)

Consultor Jurídico - 05/11/2023

O Future of Jobs Report, conhecido relatório publicado pelo Fórum Econômico Mundial, é anunciado como indicativo para as repercussões humanas no cenário empresarial e laboral, especialmente com ênfase às mudanças tecnológicas e as novas habilidades necessárias para adaptação ao curso tecnológico.

[Trabalho em feriado: folga compensatória ou pagamento em dobro](#)

Consultor Jurídico - 02/11/2023

É sabido que há atividades que não podem realmente parar — a exemplo dos serviços tidos por essenciais —, ou, ainda, pelo fato de que nesses dias o labor se torna mais conveniente e lucrativo. Tanto é assim que, de acordo com a Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020, os ramos de atividades empresariais que detêm autorização para a execução de serviços aos domingos e feriados foi ampliada. Aliás, é importante lembrar que a Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, que deu nova redação ao artigo 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, preceitua, em seu artigo 1º, que são feriados nacionais os seguintes dias do calendário civil: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio; 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

[Tempo de deslocamento interno em empresa configura hora extra, diz TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 02/11/2023

O tempo de deslocamento interno nas empresas pode ser considerado como hora extra, de acordo com o entendimento adotado pela 8ª Turma do Tribunal Regional

do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) no julgamento da ação trabalhista de um bombeiro que se deslocava por 30 minutos dentro do Aeroporto Internacional de Guarulhos até o seu posto de trabalho.

[Baseado em tese do Supremo, TST anula cobrança sindical sem direito de oposição](#)

Consultor Jurídico - 31/10/2023

A cobrança de contribuições assistenciais a empresa não associada ao sindicato da categoria sem o respeito ao direito de oposição fere a liberdade de associação e sindicalização, conforme foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 935 de repercussão geral). Com base no entendimento firmado pelo STF, o Tribunal Superior do Trabalho deu provimento ao recurso de revista de uma empresa do ramo da construção que alegou ter sofrido cobranças do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Gramado (RS) sem que tivesse sido respeitado o direito de oposição.

[TST decide que perícia pedida a empresa de tecnologia ameaça segurança de dados](#)

Consultor Jurídico - 31/10/2023

Não é razoável que empresas de tecnologia exponham informações secretas que possam comprometer a competitividade do mercado em que atuam. Com esse entendimento, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho suspendeu a perícia técnica no algoritmo do aplicativo de uma plataforma de táxis determinada anteriormente para identificar a forma de gestão dos trabalhadores associados a ela.

[Ação para anular demissão por justa causa é litigância de má-fé, decide juiz](#)

Consultor Jurídico - 30/10/2023

Ao tentar anular demissão motivada por faltas graves cometidas no ambiente de trabalho — as quais foram atestadas em provas documentais e testemunhais —, o autor da ação utiliza o Poder Judiciário de maneira inadequada, incorrendo em litigância de má-fé. Seguindo esse entendimento, o juiz Matheus de Lima Sampaio, da 3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes (SP), decidiu multar um homem que tentou anular sua demissão por justa causa em ação movida contra duas empresas dos ramos de alimentação e logística nas quais trabalhou.

[Compartilhar fotos íntimas no trabalho não obriga empresa a indenizar funcionária](#)

Consultor Jurídico - 30/10/2023

Caso tome medidas adequadas e em tempo hábil, o empregador não pode ser responsabilizado por vazamento de fotos íntimas entre colegas de trabalho. A decisão é da 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), em caso no qual uma ex-funcionária buscou ser indenizada após fotos exibidas em uma rede social adulta circularem no ambiente de trabalho.

[É válida justa causa de trabalhador que não retornou após alta do INSS](#)

Migalhas - 03/11/2023

Juiz do Trabalho Paulo Cesar Moreira Santos Junior, da 3ª vara do Trabalho de Duque de Caxias/RJ, validou justa causa de trabalhador que não retornou ao emprego após alta do INSS. Magistrado concluiu que o homem, sem apresentar justificativa, deixou de comparecer ao trabalho na data indicada como término do benefício previdenciário.

[STF julga execução trabalhista de empresas do mesmo grupo econômico](#)

Migalhas - 03/11/2023

Nesta semana, em plenário virtual, STF decide se empresa pode ser incluída na fase de execução da condenação trabalhista imposta a outra do mesmo grupo econômico, mesmo sem ter participado da fase de produção de provas e julgamento da ação. A controvérsia é objeto do RE 1.387.795, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.232).

[STF tem maioria para julgar destino de valores de condenações em ACP](#)

Migalhas - 03/11/2023

STF julga, em plenário virtual, ação ajuizada pela CNI - Confederação Nacional da Indústria contra decisões da Justiça do Trabalho que, nas condenações por danos morais coletivos em ações civis públicas, deram aos valores recolhidos destinação supostamente diversa da prevista em lei.

[Juíza extingue desconsideração da personalidade até STF analisar tema](#)

Migalhas - 02/11/2023

Juíza do Trabalho Susimeiry Molina Marques, da 15ª vara do Trabalho de Curitiba/PR, declarou extinto um incidente de desconsideração da personalidade jurídica que objetiva a inclusão de uma empresa no polo passivo de ação de execução trabalhista. Segundo a magistrada, “nesse contexto em que se discute a formação de grupo econômico, é viável suspender a execução em face da não finalização do julgamento do Tema 1.232 pelo STF”.

[Incitar greve em grupo fechado do WhatsApp não configura justa causa](#)

Migalhas - 31/10/2023

A 4ª turma do TRT da 2ª região afastou a justa causa e converteu em imotivada a dispensa de um motorista de ônibus por supostas críticas ao empregador e incitação a greve feitas em grupo de WhatsApp. Para os magistrados, comentários em grupo fechado de colegas de trabalho não constituem ofensa à honra ou à boa fama da empresa e não configuram justa causa. A decisão reverte entendimento de 1º grau.

[STF julga licença-paternidade, correção do FGTS e coisa julgada na semana que vem](#)

Migalhas - 30/10/2023

Processos muito importantes estão na pauta do STF na semana que vem. Nos dias 8 e 9 de novembro, o plenário deve julgar, entre outros temas, se houve omissão do Congresso na regulamentação da licença-paternidade; taxa de correção monetária do saldo do FGTS; e embargos de declaração contra decisão da Corte que permitiu a “quebra” de sentenças definitivas.

[TST: Administrador tem aposentadoria penhorada para pagar dívida](#)

Migalhas - 30/10/2023

A 3ª turma do TST rejeitou o recurso de um administrador de empresas aposentado do Rio de Janeiro contra a penhora de 20% de seus proventos de aposentadoria para o pagamento de dívidas trabalhistas. Segundo o colegiado, os valores devidos são de natureza alimentícia, o que torna possível a penhora do benefício.

[Conselho de Administração da OIT aprova a Coalizão Global para a Justiça Social](#)

Organização Internacional do Trabalho - 02/11/2023

O Conselho de Administração da OIT adotou uma proposta para estabelecer uma [Coalizão Global para a Justiça Social](#). A Coalizão Global visa gerar maiores compromissos políticos e investimentos e promover ações concretas em prol da justiça social e do trabalho decente, em apoio às prioridades nacionais. A Coalizão reforçará a cooperação e as parcerias multilaterais e desempenhará um papel fundamental na defesa da justiça social e na galvanização do apoio ao reconhecimento da justiça social na agenda multilateral, em particular na Reunião de Cúpula do Futuro da ONU em 2024 e na proposta Reunião de Cúpula Social Mundial da ONU em 2025

[Presidente da República veta lei que cortava adicional para motorista de caminhão com tanque extra](#)

Revista Proteção - 03/11/2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou nesta sexta-feira (3) uma lei que previa o corte de adicional de periculosidade para motoristas de veículos que tivessem um reservatório extra para transporte de combustíveis. O veto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Na justificativa para a medida, Lula apontou que a lei não apresenta “critérios e parâmetros” objetivos para verificar se o limite de inflamáveis incorria em periculosidade.

Atos Normativos

[PORTARIA Nº 291, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 31/10/2023 Seção I Pág. 73) - Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica com as Centrais Sindicais;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 01/11/2023 Seção I Pág. 76) - Não Cumulatividade. Crédito. Vale-Transporte. Gastos Com Transporte De Funcionários;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.044 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 01/11/2023 Seção I Pág. 80) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Intervalo Intrajornada Indenizado. Hipótese de Incidência. Base de Cálculo;

[PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 38, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU 01/11/2023 Seção I Pág. 148) - Alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária;

[MENSAGEM Nº 572, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 03/11/2023 Seção I Pág. 08) - Nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.949, de 2021, que “Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica”;

[PORTARIA NORMATIVA MF Nº 1.360, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 03/11/2023 Seção I Pág. 60) - Dispõe sobre ação afirmativa de gênero para o preenchimento de vagas de conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e delega competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda para definir a distribuição de conselheiros indicados pelas confederações representativas de categorias econômicas e pelas centrais sindicais;

[PORTARIA SE/MF Nº 1.361, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 03/11/2023 Seção I Pág. 60) - Define a distribuição de vagas de Conselheiros representantes dos contribuintes, com mandato no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;

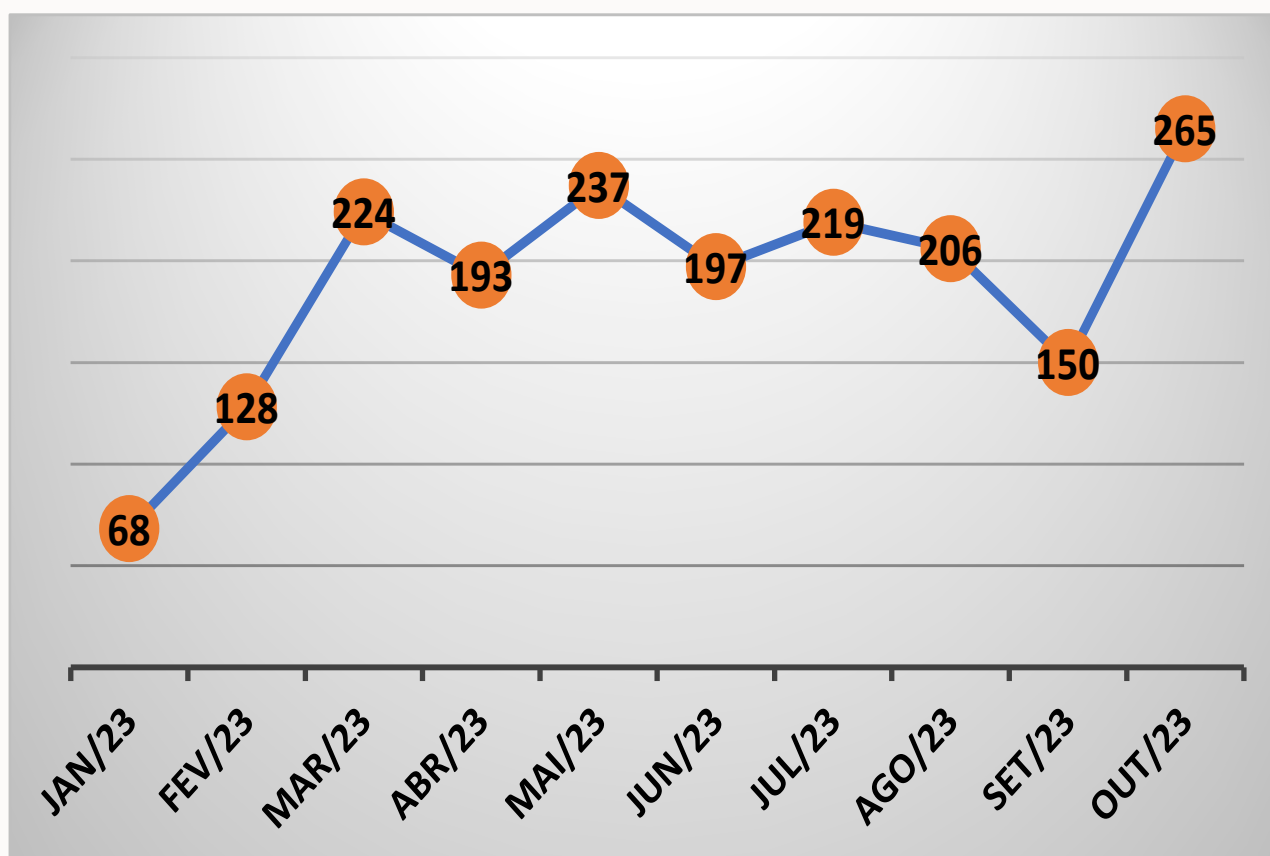
[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 256, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023](#) (DOU de 03/11/2023 Seção I Pág. 61) - Retenção Tributária. Nota Fiscal ou Fatura. Contribuição Previdenciária Substitutiva sobre a Receita Bruta (CPRB). Prestação de Serviços. Cessão de Mão de Obra. Atividades Sujeitas à Retenção;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 03/11/2023 Seção III Pág. 168) - Submete à consulta pública proposta de novo texto do capítulo 1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais da Norma Regulamentadora nº 1 - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/mtp-coordenacao-de-normatizacao-e-registro>, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados Estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 01 (NR 01) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-out):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula